PARQUE INFANTIL DO CENTRO JUVENIL SÃO PEDRO: EDUCAÇÃO URBANA ENQUANTO POLÍTICA

REIS, Mayara Cristina P. L. dos[1] (mayreiss@gmail.com); BRAGA, Morena Gomes[1] (morena.braga@gsuite.iff.edu.br); PESSANHA, Ana Paula Lopes[1] (aplpessanha.arq@gmail.com); SANTOS, Maria Luiza Marchetti dos[1] (luiza.marchetti@gsuite.iff.edu.br); SILVA, Luciano Falcão da[1] (lfalcao@iff.edu.br)

[1] Instituto Federal Fluminense (IFF), Brasil

Palavras-chave: Educação Urbana. Sustentabilidade. Extensão Universitária. Assessoria Técnica. Arquitetura e Urbanismo.

Resumo

O projeto de extensão “Arquitetura de Todos” – do Instituto Federal Fluminense, *campus* Campos Centro, localizado no município de Campos dos Goytacazes, Rio de janeiro – consiste na promoção do acesso da população de baixa renda aos serviços arquitetura e urbanismo, de forma pública e gratuita, atrelado ao direito à cidade e à moradia, considerando-se aspectos urbanos, sócio-espaciais e de sustentabilidade. Dentre os produtos desenvolvidos no projeto, está o escritório público de arquitetura e urbanismo, Estúdio Dignifica, que atuou em parceria com o Centro Juvenil São Pedro (CJSP), localizado na Comunidade da Margem da Linha, para o desenvolvimento de projeto participativo de um parque infantil (utilizando-se de pneus reciclados) com as crianças atendidas pelo CJSP.

Utilizando-se da educação urbana como um dos instrumentos metodológicos, objetivando o ensino às crianças acerca de questões urbanas, sustentabilidade e percepção global da cidade, as atividades foram conduzidas por meio de dinâmicas para a apreensão da escala macro – a cidade – até a micro – o terreno para a implantação do parque infantil. Dessa forma, possibilitou-se a inserção das crianças enquanto protagonistas no projeto processual. A metodologia adotada no presente trabalho se divide em: pesquisa bibliográfica/documental e pesquisa-participante. Como resultados obtidos, são feitos os apontamentos sobre a importância do protagonismo dos assessorados (as crianças) nas decisões a serem tomadas acerca do seu espaço, além da inserção das temáticas de arquitetura, urbanismo, direitos sociais, políticas públicas, entre outras na educação básica.

Keywords: Urban Education. Sustainability. University Extension. Technical Advisory Practice. Architecture and Urbanism.

Abstract

The extension project “Arquitetura de Todos”– from the Instituto Federal Fluminense, Campos Centro campus, located in the municipality of Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro – consists of promoting access for the low-income population to architecture and urban planning services, publicly and free of charge, linked to the right to the city and housing, considering urban, socio-spatial and sustainability aspects. Among the products developed in the project, there is the public architecture and urbanism office, Estúdio Dignifica, which worked in partnership with Centro Juvenil São Pedro (CJSP), located in the Community of Margem da Linha, to develop a participatory project for a playground (using recycled car tires) with children assisted by CJSP.

Using urban education as one of the methodological instruments, aiming to teach children about urban issues, sustainability and global perception of the city, the activities were conducted through dynamics to

capture the macro scale – the city – to the micro – the land for the implementation of the playground. In this way, it was possible to include children as protagonists in the design process. The methodology adopted in this work is divided into: bibliographic/documentary research and participant research. As results obtained, notes are made on the importance of those socio-spatial group's role (the children) in decision making about their space, in addition to the inclusion of architecture, urban planning, social rights, public policies, among others themes in basic education.

1 INTRODUÇÃO

A crise urbana brasileira é uma realidade complexa e multifacetada que abrange uma série de desafios socioeconômicos, ambientais e estruturais presentes nas cidades do país. O rápido crescimento urbano, a falta de planejamento urbano, a carência de infraestrutura básica e a desigualdade sócio-espacial são alguns dos elementos que contribuem para a intensificação dessa crise.

Nesse contexto, a educação urbana emerge como um dos caminhos promissores para enfrentar os dilemas urbanos e buscar soluções sustentáveis. Através da disseminação de conhecimentos sobre planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, mobilidade, preservação do patrimônio cultural e social, entre outros aspectos, a educação urbana pode capacitar cidadãos e profissionais para uma participação ativa na transformação das cidades. Formar a sociedade civil para interpretar a cidade é dar-lhe poder de decisão na produção do espaço urbano, como explica Maricato:

> Para erradicar o analfabetismo urbanístico seja na chamada sociedade civil, seja entre técnicos e administradores, é preciso resgatar o tema do estreito círculo dos urbanistas e ampliar o vocabulário para além do hermético "urbanês". É preciso evidenciar, para as camadas populares, as estratégias das classes sociais na produção e ocupação do espaço, ou seja, nada aí é natural ou fruto do acaso. Junto aos técnicos (especialmente junto aos economistas) e políticos é preciso evidenciar o alto custo que decorre da irracionalidade na ocupação predatória e extensiva do solo urbano (Maricato, 2002, p.4).

Compreender a produção do espaço urbano e quais são os seus direitos fornecem conhecimentos à sociedade civil que passa a ler as regras da cidade, como se fosse um jogo com diferentes jogadores que não possuem poderes de forma igualitária. Carlos Nelson Ferreira dos Santos apresenta a dinâmica da produção urbana:

> O jogo urbano se joga sobre um sítio determinado que é a sua "mesa". Aí se juntam parceiros que se enfrentam segundo os grupos e filiações a que pertencem. Há os políticos, técnicos e funcionários que representam o GOVERNO [...] Existem as EMPRESAS que agem através de investimentos na indústria, no comércio e nos serviços, com especial destaque para o capital ligado aos ramos imobiliários e da construção civil, cujas ações têm reflexos diretos no meio urbano. Por fim, entra a POPULAÇÃO, fragmentada nos diversos grupos (vizinhança, filiação política e religiosa, profissão, parentesco, afinidades [...] O ideal é que os jogadores, ou AGENTES do desenvolvimento urbano, dominem as regras estruturais e se acertem quanto à sua aplicação (SANTOS, 1988, p.50-51).

A temática da Educação Urbana ainda é muito recente no Brasil, mas, como exemplo, cita-se o trabalho "Projeto Educação Urbana", do professor Pedro Lessa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e arquiteto da prefeitura do Rio de Janeiro. Outra iniciativa nesse sentido é o CAU EDUCA, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), que desde 2018

discute um programa com o propósito de democratizar o acesso ao conhecimento profissional em arquitetura e urbanismo, abordando temáticas como o ambiente construído e os efeitos das ações humanas, por meio da promoção da Educação Urbanística e Ambiental entre crianças e jovens.
Diante de tal, destaca-se aqui o caso da Comunidade da Margem da Linha, no município de Campos dos Goytacazes – alvo de processos institucionalizados de periferização, segregação e fragmentação sócio-espacial.
Tal situação mobilizou as famílias pela defesa do direito à convivência familiar em comunidade, que se articularam com o o Centro Juvenil São Pedro (CJSP) – instituição ligada à rede Salesiana de ensino – que ali foi fundado em 2008. Atualmente, no CJSP são oferecidas, de forma gratuita, atividades no contraturno escolar para crianças com idade entre 04 e 16 anos, residentes na Margem da Linha e nos conjuntos habitacionais Tapera I, II e III – estes criados para acomodar famílias removidas da comunidade.
Em 2022, o CJSP restabeleceu parceria com outro ator social do município, o Instituto Federal Fluminense (IFF), representado pelo Estúdio Dignifica – escritório de arquitetura pública que surgiu da ação do projeto de extensão "Arquitetura de Todos", do *campus* Campos Centro, e tem o objetivo fornecer de forma gratuita assessoria técnica para habitação de interesse social (ATHIS), conforme a Lei Federal 11.888/2008[1] – para a elaboração de um projeto participativo pautado na educação urbana para crianças, para a reciclagem de cerca de 60 pneus recebidos como doação.
A equipe do Estúdio Dignifica propôs sua destinação à construção de um parque infantil na instituição. Além disso, optou-se por uma atuação pautada no protagonismo dos assessorados na tomada de decisões do projeto, enquanto a assessoria técnica se colocou apenas como mediador.
Nesse contexto, o presente artigo objetiva a exposição da metodologia empregada no projeto participativo com vistas à construção de pertencimento e empoderamento das crianças – enquanto agentes em formação – por meio da educação urbana, para que possam atuar nos espaços em que vivem.

2 PROJETO DE EXTENSÃO "ARQUITETURA DE TODOS"

O projeto de extensão universitária "Arquitetura de Todos: propagação da assessoria técnica em habitação de interesse social como promoção de direito à moradia digna e adequada nas regiões Norte e Noroeste Fluminense", é coordenado pelo professor Luciano Falcão da Silva, desde abril de 2021, com o objetivo de contribuir para a divulgação e implementação da Lei ATHIS nos municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro.
Nesse sentido, a extensão universitária constitui-se como uma alternativa para a prestação de serviços de ATHIS, conforme previsto no art. 4 da referida lei, por arquitetos e urbanistas em formação. No IFF, a extensão articula ensino e pesquisa dos cursos de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo (AU), Pós-graduação *Lato Sensu* em Arquitetura e Cidades e do Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias, além da integração multidisciplinar com outros cursos e instituições de ensino superior (IES)[2] presentes no município.

1 Lei de ATHIS tem como intuito assegurar às famílias de baixa renda (até três salários mínimos) o direito à assistência técnica pública e gratuita, a ser prestada por profissionais das áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo, para projeto, acompanhamento e execução da obra. Por meio deste instrumento são previstos os serviços necessários para construção, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação, situada em áreas urbanas ou rurais.

2 IFF: Curso Técnico em Edificações; Graduação em Design Gráfico. Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF): Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal Fluminense (UFF): Graduação em Psicologia.

Destaca-se, ainda, o pioneirismo da instituição – entre os Institutos Federais (IFs) – na oferta do curso de graduação em AU, bem como na verticalização do ensino técnico (graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*) e, mais recentemente, na futura institucionalização do escritório público de AU[3], principal produto das atividades extensionistas.
Em mais de dois anos de execução, as principais atividades extensionistas se concentraram em pesquisas bibliográficas e documentais, acerca da moradia e direito à cidade – que resultou em pelo menos dois artigos publicados (Reis *et al*., 2021; Reis *et al.*, 2023) – além da contemplação de dois projetos (1º e 2º lugar) no Edital do CAU/RJ "Demetre Anastassakis", de 2021 – para patrocínio de atividades relativas à ATHIS – sendo o primeiro o projeto "Novos Horizontes: ações de assistência técnica habitacional de interesse social", e o segundo, "ATHIS de Todos: Propagação do direito à moradia digna e adequada"; ambos em desenvolvimento no ano de 2023.

2.1 Estúdio Dignifica

O escritório público de AU, Estúdio Dignifica, visa o atendimento gratuito às famílias de baixa renda, em cidades da região Norte e Noroeste Fluminense, a partir da aplicação da Lei de ATHIS, tornando a arquitetura promotora de qualidade de vida. Sua equipe multidisciplinar atua com demandas individuais e coletivas de grupos sócio-espaciais, referentes ao habitat. Para tal, são mantidas reuniões e atividades frequentes, realizadas em conjunto com demais órgãos públicos, instituições privadas e sem fins lucrativos, com vistas à viabilização de parcerias e termos de convênio.
Como parte integrante da promoção da Lei ATHIS, a equipe também se dedica à produção de publicações científicas e participação em eventos científicos, promovendo troca de experiências e divulgação das atividades e dos resultados. Destaca-se também a criação das redes sociais[4] do escritório, para divulgação da assessoria técnica, direito à cidade e à moradia.

3 COMUNIDADE DA MARGEM DA LINHA, CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

O município de Campos dos Goytacazes, localizado na região norte do Rio de Janeiro é o maior em extensão territorial do estado (4.032,49 km²) e possui uma população de 474.667 habitantes, sendo o sétimo município mais populoso do estado e o primeiro entre as cidades do interior (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).
A região campista (Figura 1) possui distintas características geomorfológicas, incluindo planícies sedimentares alagadiças e depressões pantanosas, que exigem intervenções – comumente públicas – para viabilizar o uso do solo para as mais diversas atividades, resultando em uma valorização histórica de áreas predominantemente secas ou drenadas (Oliveira; Pedlowski, 2012; Faria; Quinto Jr., 2017). Assim, grande parte da população não tem acesso à moradia formal, ocupando de forma irregular terrenos públicos ou particulares, áreas *non aedificandi* e alagadiças, devido ao histórico controle fundiário (Godoy, 2015; Oliveira; Pedlowski, 2012).

3 A temática é produto proposto pela pesquisa de mestrado de Morena Gomes Braga, orientada pelo professor Luciano Falcão da Silva, em andamento no IFF.
4 Página do Instagram: @estudio.dignifica. Canal no YouTube: @ARQiFFtube.

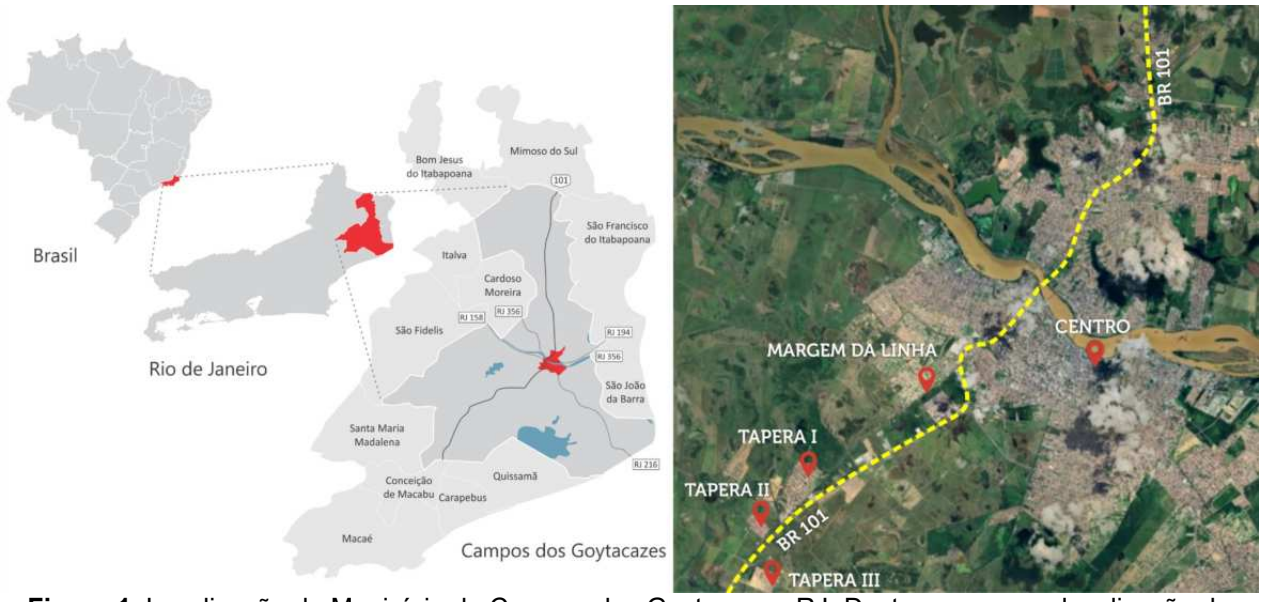


Figura 1. Localização do Município de Campos dos Goytacazes-RJ. Destaques para a localização do Centro, da Comunidade da Margem da Linha e dos conjuntos Tapera I, II e III. Fonte: Reis, 2023.

O presente trabalho concentra-se na comunidade da Margem da Linha, que está localizada às margens da linha da antiga Rede Ferroviária Federal – em uma extensão linear de aproximadamente 4km –, que fazia o trajeto Rio-Vitória. Conforme Godoy (2015), a comunidade encontra-se ali instalada há quase 60 anos e, dentre os moradores, estão trabalhadores do corte de cana (bem como seus descendentes) – demitidos da antiga Usina do Queimado –, que iniciaram a ocupação da área situada entre o pasto da usina e a linha ferroviária, como única alternativa possível, à época, para moradia. Inicialmente, a comunidade se formou em uma região considerada periférica e que, posteriormente, foi absorvida pela expansão da malha urbana, tornando-se área de interesse do capital, cada vez mais valorizada, fazendo com que a Comunidade fosse parcialmente removida para conjuntos habitacionais construídos pela prefeitura municipal – Conjuntos Tapera I, II e III do Programa Morar Feliz – os quais localizam-se distantes da comunidade e do centro da cidade. Além disso, os conjuntos foram entregues à população de forma incompleta, dificultando o acesso à serviços públicos, infraestrutura, equipamentos urbanos, mobilidade urbana e fontes de obtenção de renda. Conforme Reis (2023), não foram consideradas, ainda, as relações de vínculos de vizinhança e a pré-existência de conflitos de origem territorial – o que contribuiu para o aumento de violência urbana nos conjuntos.

Diante da situação, pela defesa do direito à convivência familiar em comunidade, os moradores se mobilizaram e buscaram auxílio do Colégio Salesiano Dom Bosco para a construção de uma capela em homenagem a São Pedro na comunidade. Dessa parceria, em 2007, além de colaborarem com a construção da capela, a instituição religiosa iniciou um trabalho social sistematizado na comunidade, que culminou para que, em 29 de julho de 2008, fosse fundado o Centro Juvenil São Pedro (CJSP) – personalidade jurídica própria e organização mais estruturada para dar suporte ao desenvolvimento de projetos sociais. Segundo Reis (2023), o CJSP:

> [...] se configura como um Centro de convivência onde atende crianças, adolescentes, jovens e suas famílias ofertando o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, serviço típico de assistência

> social, compondo a Rede SUAS e articulando-se no território com outros atores do Sistema de Garantia de Direitos (Reis, 2023, p. 114).

A situação das famílias vem sendo abordada através da atuação socioassistencial do CJSP, em parceria com a Associação de Moradores da Margem da Linha do Rio e apoio institucional do IFF, desde 2014 – embora interrompida em 2020, devido à pandemia, foi retomada em 2022 – a qual consiste em projetos de ensino, pesquisa e extensão ligados aos cursos de AU. No restabelecimento da parceria, o CJSP solicitou intervenções urbanísticas nas áreas vizinhas à instituição, inicialmente centradas em uma horta comunitária sobre os trilhos da linha férrea. No entanto, a partir de uma apresentação elaborada pelo Estúdio Dignifica, sobre a versatilidade do uso dos pneus, inclusive, para a construção de brinquedos ecológicos, observou-se a possibilidade de implementação de um parque infantil no terreno do CJSP. Essa proposta foi concebida de maneira participativa, em consonância com o projeto de extensão "Arquitetura de Todos", com o objetivo de estabelecer uma relação de confiança com o grupo sócio-espacial, com vistas a viabilizar a prestação de ATHIS na comunidade.

4 PROJETO DO PARQUE INFANTIL CJSP

O projeto consiste na elaboração participativa de um parque infantil para o CJSP, utilizando-se de pneus reciclados, o qual dividiu-se em oficinas semanais com crianças de 12 a 15 anos atendidas pelo CJSP, durante suas atividades na instituição, com o intuito de atender às demandas do grupo sócio-espacial e estabelecer um elo duradouro entre as partes envolvidas.

4.1 Planejamento

A metodologia adotada consistiu na pesquisa bibliográfica/documental acerca de metodologias de projeto participativo, para a aplicação destas para o projeto do parque infantil. As atividades presentes no planejamento propuseram o exercício da interdisciplinaridade do campo da Arquitetura e Urbanismo – às crianças, moradoras da Margem da Linha e Tapera I, II e III – ao explorar diferentes temáticas concentrando-se em: (1) Habitação; (2) Território: os bairros e a cidade; (3) Espaço Público: áreas de lazer e; (4) Sustentabilidade. Reis (2023) destaca que os princípios norteadores do projeto foram:

> [...] autonomia (individual e coletiva), participação ativa, promoção de igualdade, justiça social e inclusão. As atividades foram desenvolvidas pautando-se no desenvolvimento e problematização das demandas em relação às espacialidades que pretendam construir, modificar ou refletir sobre, ampliando o imaginário acerca do espaço e de sua produção [...] (Reis, 2023, p. 149).

Outro procedimento metodológico utilizado foi o da pesquisa-participante, na qual a assessoria técnica da extensão universitária conduziu o planejamento das atividades de forma colaborativa com o CJSP, possibilitando o entendimento e discussão das soluções pertinentes ao contexto, bem como para a intervenção física no espaço.
Portanto, as atividades foram fundamentadas em um planejamento para projeto participativo utilizando-se de conceitos como: educação dialógica e o uso de tecnologias sociais no processo projetual. O primeiro conceito, proposto por Freire (1987, 1996), trata-se de uma educação participativa e conscientizadora, partindo-se da construção coletiva do conhecimento, contrapondo-se à lógica da educação bancária de imposição ou transferência do conhecimento. O segundo conceito se refere ao uso de tecnologias para o benefício de grupos sócio-espaciais que,

obrigatoriamente, inferem na problematização fundamental do desenvolvimento tecnológico, ou seja, abordando os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, que dão origem e sentido ao suposto problema a ser solucionado (Kapp; Cardoso, 2013).
Nesse sentido, a atuação do projeto de extensão opta pelo uso do termo “assessoria técnica”, enquanto uma atuação profissional que se concentra em criar meios (mediação por tecnologias sociais) que possibilitem ao grupo sócio-espacial o seu protagonismo e autonomia na produção do espaço cotidiano (Baltazar; Kapp, 2016).
Desse modo, objetivou-se o protagonismo das crianças no processo projetual, enquanto os extensionistas atuavam como mediadores. Para além disso, buscou-se a construção/consolidação do sentimento de pertencimento e empoderamento dos jovens moradores, enquanto futuros agentes de transformação do espaço em que vivem.
No planejamento ficou definido também que as atividades do projeto participativo seriam realizadas com a turma do G6, visto que era uma turma menor, com crianças de 13 a 15 anos. Além disso, as atividades aconteceram semanalmente, às quartas ou quintas (entre os meses de fevereiro e maio), das 14h às 15h, com a presença do colaborador responsável pela turma no dia.

4.2 Execução e Resultados

As atividades foram planejadas com auxílio dos colaboradores do CJSP, a partir de construção coletiva para qualificar o projeto pretendido, visando maior assertividade dos resultados. Assim, as atividades foram elaboradas para que as crianças pudessem aprender sobre a arquitetura e urbanismo, por meio das escalas que elas já convivem diariamente: o CJSP, a moradia e o bairro, além da construção do protagonismo local. Na figura 2 é apresentado o fluxograma das atividades e na figura 3, encontram-se os registros fotográficos de algumas delas.



Figura 2. Fluxograma das atividades. Fonte: Reis, 2023.

Na primeira atividade, foi proposta a realização de uma dinâmica de socialização entre os presentes (extensionistas e crianças), além de apresentação do projeto participativo. Em seguida, foram apresentados alguns dos instrumentos e ferramentas utilizadas por arquitetos e urbanistas, como trenas, escalímetros, pranchetas, entre outros. Assim, a atividade teve como objetivo a introdução das crianças no campo da arquitetura e urbanismo.
A segunda atividade (Figura 3.a) fez a introdução da planta baixa enquanto ferramenta de representação gráfica, utilizando-se do projeto de uma habitação de interesse social. A atividade teve o objetivo de incentivar as crianças a representarem a sua moradia por meio do desenho da planta baixa. Além disso, a atividade possibilitou a obtenção de informações acerca de suas famílias, formas de morar e principais intervenções realizadas nas habitações.



Figura 3. Registros das oficinas. Fonte: Projeto de extensão “Arquitetura de todos”, 2023.

Na terceira atividade (Figura 3.b) foi feito o levantamento da área externa do CJSP destinada à implantação do parque infantil. Para a demarcação do perímetro, da localização das árvores e demais elementos a serem considerados no projeto, crianças, extensionistas e colaboradores foram divididos em duas equipes de medição, uma com a trena manual e a outra com a trena eletrônica. As crianças participaram ativamente no levantamento, sendo possível observar a facilidade de manuseio com ambas as trenas. Depois, os extensionistas realizaram um breve diagnóstico com as crianças acerca das principais condicionantes do terreno, como: atividades, usos, fluxos, insolação/sombreamento, entre outros. As crianças identificaram a trajetória do sol e as principais áreas com sombra em determinados horários do dia, como potenciais áreas para a instalação dos brinquedos.

A quarta atividade (Figura 3.c e 3.d) tratou da escala de bairro, objetivando o mapeamento dos locais em que as crianças moram, os espaços que frequentam e os meios de mobilidade que utilizam. Para tal, foram disponibilizados mapas de seus respectivos bairros, papel croqui e canetas hidrocor. As crianças elaboraram mapas mentais, destacando a localização de suas casas, equipamentos e espaços de lazer, equipamentos de serviço, recursos hídricos, entre outros. Foram identificadas, ainda, as áreas que elas não frequentavam, devido à ausência de atrativos e/ou pela presença de violência urbana.

A elaboração do “Mapa dos Desejos” foi a quinta atividade (Figura 3.e) realizada que, para além da identificação dos interesses e vontades das crianças, buscou-se compreender as demandas, fragilidades e potencialidades de suas respectivas localidades. Desse modo, utilizando-se de bloco de notas e canetas hidrocor, as crianças expuseram, em painel, seus desejos com relação aos bairros que moram e também ao CJSP. As principais demandas concentravam-se em relação aos espaços de lazer (público e privado) integrados à paisagem urbana (explorando o potencial hídrico do município).

Na sexta atividade, como forma de exercício da democracia, foram feitas consultas às demais crianças atendidas pelo CJSP, acerca de quais brinquedos deveriam ser construídos. Desse modo, a votação ocorreu nos dois turnos de atendimento do CJSP, com exposição de imagens de brinquedos de pneus. Cada criança tinha direito a escolher dois brinquedos. Após a contabilização de votos, os alunos do G6 fizeram a seleção dos brinquedos mais votados (Figura 3.f) em função do quantitativo de pneus existentes (61), o que estimulou a autonomia e a racionalidade no processo de tomada de decisão.

A sétima atividade objetivou a confecção de brinquedos em miniatura para facilitar a compreensão da espacialidade e o manuseio durante a etapa de projeto. Ela contou com a participação dos alunos do G5 vespertino, devido ao número reduzido de alunos do G6 no dia em questão. Para execução dos brinquedos, foram utilizados: tampas de garrafa pet (representando os pneus), espetos, barbante, fita crepe, cola instantânea e cola quente. As crianças se dividiram em duplas e trios para a confecção dos brinquedos, auxiliados pelos extensionistas.

Por fim, na etapa do projeto participativo (Figura 3.g) – realizada na quadra poliesportiva do CJSP, próximo à área de implantação do parque – participaram os alunos do G5 e G6 vespertino, um colaborador da instituição e os extensionistas. As crianças foram orientadas sobre o uso do escalímetro, assim como, da distância de segurança entre brinquedos (para uso e circulação) e da importância da preservação das árvores de alguns brinquedos existentes.

Acerca do encerramento das atividades, foi feita a entrega simbólica de diplomas de arquitetos e arquitetas mirins às crianças do CJSP (Figura 4), de forma a inserir o papel institucional do IFF em contextos extramuros da instituição, apresentando-se como possibilidade para a formação contínua de crianças e jovens – iniciando pelo o ensino técnico profissionalizante, verticalizado pela graduação e pós-graduação. Além disso, reafirma o compromisso institucional com uma formação tecnológica em consonância à crescente demanda por agentes especializados em sustentabilidade, nas mais diversas áreas de atuação profissional.



Figura 4. Encerramento do projeto com entrega dos certificados. Fonte: Projeto de extensão “Arquitetura de todos”, 2023.

5 CONCLUSÕES

As oficinas tiveram como propósito aproximar as crianças da temática da arquitetura e urbanismo por meio do projeto participativo do Parque Infantil, pautado no seu protagonismo e autonomia perante as decisões a serem tomadas (conforme a pedagogia freiriana), além de abordar a pauta da sustentabilidade, com a reciclagem de pneus, intervenção na paisagem e sua relação com o ambiente. As crianças do G6 – que participaram desde o início das atividades – engajaram ativamente às atividades propostas, alcançando, sobremaneira, os resultados esperados. Já a participação das crianças do G5, com ótimo aproveitamento nas duas últimas oficinas, expõe a demasiada assimetria que os extensionistas atribuíram a eles, de modo que aqueles contribuíram à altura daqueles que estavam envolvidos desde o início. Isso expõe o erro frequente da assessoria técnica em colocar grupos sócio-espaciais na posição de usuários assistidos, e não de protagonistas na produção espacial de seu cotidiano. Admite-se a existência de assimetria nos saberes, mas, frequentemente pressupõe-se de limitações dos assessorados. Tal situação reafirma também a importância da educação urbana e sustentabilidade para crianças e jovens, como componente curricular da educação básica, assim como a extensão enquanto integradora do ensino e pesquisa nas universidades.

Além disso, destaca-se o papel da assessoria técnica enquanto mediadora do processo projetual, no qual busca-se concentrar-se na elaboração de tecnologias sociais que permitam a devida participação dos grupos assessorados. No caso, a utilização da maquete – enquanto tecnologia social – para a elaboração do projeto, juntamente com o escalímetro, permitiu o mínimo de intervenção dos extensionistas e a máxima participação e protagonismo das crianças.

A educação urbana busca promover uma compreensão mais profunda das complexidades das áreas urbanas, incentivando uma cidadania ativa e informada. Um componente essencial desse processo é a conexão direta das crianças com seu ambiente imediato, promovendo uma reflexão crítica sobre o território em que vivem. Neste contexto, a assessoria técnica desempenhou um papel significativo ao conceber atividades que permitiram aos sujeitos entrarem em contato com diferentes escalas, da casa até a da cidade em que residem. A atividade "Mapa dos Desejos" permitiu que expressassem suas preocupações, desejos e aspirações em relação ao bairro em que vivem. Os participantes foram incentivados a identificar as questões que os incomodavam, bem como a indicar o que gostariam de ver melhorado em seu bairro. Assim, as oficinas incentivaram a participação ativa dos sujeitos, além de proporcionar uma oportunidade de reflexão sobre o território cotidianamente vivido e construído. O projeto participativo, por fim, gerou reflexões e críticas ao espaço urbano nos quais podem ser consideradas os primeiros passos em direção à educação urbana tão importante para que os assessorados, assim como qualquer outro cidadão, entendam e participem do processo de produção do espaço urbano, pois, só assim será possível visualizar e participar do jogo de cartas que é a cidade (Nelson, 1988).

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baltazar, A. P.; Kapp, S. (2016). Assessoria técnica com interfaces. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 5, 2016, Porto Alegre. V ENANPARQ: Anais... Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2016. p. 1–23. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/baltazar_16_assessoria_tecnica_com_interfaces.pdf. Acesso em: 5 jan. 2022.

Faria, T. J. P.; Quinto Junior, L. P. (2017). Rio e História Urbana: o papel do rio Paraíba do Sul na criação e desenvolvimento do município de Campos dos Goytacazes [RJ]. Labor e Engenho, v. 11, n. 2, p. 103. Disponível em: https://www.academia.edu/54540765/Rio_e_Hist%C3%B3ria_Urbana_o_papel_do_rio_Para

%C3%ADba_do_Sul_na_cria%C3%A7%C3%A3o_e_desenvolvimento_do_munic
%C3%ADpio_de_Campos_dos_Goytacazes_RJ_. Acesso em 13 mar. 2023.

Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1987). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Godoy, A. L. C. (2021). O resultado da aplicação dos royalties do petróleo na intensificação da segregação espacial e nas transformações urbanas de Campos dos Goytacazes/RJ (1997-2020). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, Brasil.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Censo Demográfico. IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html. Acesso em: 23 maio 2023.

Kapp, S.; Cardoso, A. L. (2013). Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (On-line), São Paulo, v. 0, n. 17, p. 94. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/83050. Acesso em: 5 jan. 2022.

Maricato, E. (2002). Erradicar o analfabetismo urbanístico. Revista FASE. Disponível em: http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_analfabetismourbano.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

Oliveira, J. C. P.; Pedlowski, M. A. (2012). Estado e programas municipais de habitação popular em Campos dos Goytacazes (RJ). Análise Social, Lisboa, v.47, n. 3, p. 656–682. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_204_d04.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

Reis, M. C. P. L. (2023). Formação para Assessoria Técnica: metodologias na prática extensionista do projeto “Arquitetura de Todos” com grupos sócio-espaciais de Campos dos Goytacazes-RJ. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias). Instituto Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/IFFluminense). Campos dos Goytacazes, Brasil.

Reis, M. C. P. L.; BRAGA, M. G.; SANTOS, M. L. M.; SILVA, L. F. (2023). Métodos de pesquisa para a prática extensionista a partir de uma revisão sistemática da literatura: o caso do projeto de extensão Arquitetura de Todos. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 7, 2022, São Paulo. VII ENANPARQ: Anais... São Paulo: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em:https://drive.google.com/file/d/11wutL_DnX4E6hxIRVzJZyPbYkzQARM8C/view. Acesso em: 30 abr. 2022.

Reis, M. C. P. L.; SILVA, L. F.; ALMEIDA, A. L. R. ; RANGEL, G. L. R.; SANTOS, M. L. M. (2021). Perspectivas para habitação de interesse social no Brasil pós covid-19. In: Simpósio Nacional de Gestão e Engenharia Urbana, 3, 2021, Porto Alegre. III SINGEURB: Anais... Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 480–486. Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/singeurb/article/view/1104. Acesso em: 7 jan. 2022.

Santos, Carlos Nelson F. dos. (1988). A Cidade como um Jogo de Cartas. Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer ao CAU-RJ pelo patrocínio das ações extensionistas, por meio do Edital de ATHIS 01/2021, Demetre Anastassakis. Agradecemos também o apoio institucional do Instituto Federal Fluminense, da Fundação de Apoio ao Instituto Federal Fluminense (PRÓ-IFF) e da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Além do apoio do Centro Juvenil São Pedro (CJSP) e da Associação de Moradores da Comunidade da Margem da Linha do Rio. Por fim, agradecemos a todos os docentes, pesquisadores, bolsistas e voluntários que trabalharam e trabalham diretamente nas atividades extensionistas.